

<input type="checkbox"/> <b>REQUERIMENTO</b>	Número	/	(	. <sup>a</sup> )	<b>Expeça - se</b>
<input type="checkbox"/> <b>PERGUNTA</b>	Número	/	(	. <sup>a</sup> )	<b>Publique - se</b>
					<b>O Secretário da Mesa</b>

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

1- No Plano Estratégico dos Transportes (PET), o Governo refere que irá rever os pressupostos que estiveram na base das decisões relativas ao Projecto do Metro do Mondego, adequando o seu âmbito às possibilidades do país decorrentes da actual conjuntura económico-financeira;

2- De acordo com notícias recentes vindas a público já foram “*gastos 140 milhões de euros mas as obras do Metro Mondego continuam paradas*”.

3- Há cerca de um ano atrás, o Grupo Parlamentar do CDS-PP colocou duas questões muito específicas, a Sua Excelência, o Senhor Ministro da Economia e do Emprego, que respeitam ao Projecto do Metro do Mondego;

4- As questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP foram: 1) “*Qual é a posição actualmente do XIX Governo Constitucional face ao Projecto Metro Mondego?*” e 2) “*No âmbito da Reprogramação do QREN que parcela de fundos comunitários está destinada a este projecto?*”

5- Em resposta às questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi enviado um conjunto de explicações oportunas e esclarecedoras, das quais destacamos os últimos dois pontos: “*6. Por despacho de 14 de Maio de 2012, foi criado um grupo de trabalho para análise de diferentes cenários de reformulação do projecto do SMM*” e “*7. As conclusões do grupo de trabalho serão devidamente analisadas e discutidas com os diferentes responsáveis pelo projecto, a fim de ser tomada uma decisão quanto a uma reformulação do projecto que seja exequível, adequado à realidade da região e do país e financeiramente sustentável por todas as entidades que têm a responsabilidade de o financiar, nos termos dos Estatutos e Acordo Parassocial da sociedade.*”

6- Ainda este mês de Fevereiro de 2013, cerca de uma centena de pessoas desfilaram em

Coimbra, por um troço da antiga linha ferroviária da Lousã, em Coimbra, em protesto contra o atraso da implementação de uma solução relativa ao Projecto do Metro Mondego.

Face ao exposto e nos termos do disposto no artº. 156<sup>a</sup>, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados "requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato";

Nos termos do artigo 155º, n.º 3, da Constituição e do artigo 12º, n.º 3, do Estatuto dos Deputados, "todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas"

Nos termos do disposto no artigo 229º, n.º 1, do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito, no máximo de 30 dias;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Sr. Ministro de Economia e do Emprego, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta ao seguinte:

- 1) Quais as conclusões do grupo de trabalho que o Governo criou por despacho de 14 de Maio de 2012?
- 2) Qual é a actual posição do Ministério da Economia e do Emprego relativamente ao Projecto Metro Mondego?
- 3) Quando é que o Ministério da Economia e do Emprego prevê anunciar uma solução definitiva para o Projecto do Metro Mondego?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 1 de Março de 2013

Deputado(a)s

JOÃO SERPA OLIVA(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)